

7º TERMO ADITIVO Nº 215/2025 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 013/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO - IGEDES, COM VISTAS AO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DO CENTRO CARIOCA DE ESPECIALIDADES – CCE, PROCESSO SMS-PRO-2024/01866, NA FORMA ABAIXO:

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2025, de um lado o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, entidade autônoma de direito público interno, doravante denominado **MUNICÍPIO**, inscrito no CNPJ nº 042.498.733/0001-48, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS**, com sede na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, bloco I, sala 701, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o senhor **DANIEL RICARDO SORANZ PINTO**, brasileiro, médico, portador da cédula de identidade nº 52.0076285-7, expedida pelo CRM/RJ, inscrito no CPF sob o nº 290.210.958-07; e, do outro lado, o **INSTITUTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO - IGEDES**, entidade privada sem fins econômicos, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.696.218/0001-46, com sede na Avenida das Américas nº 3.500, Bloco 7, salas 703/704/705, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, o senhor **CARLOS ALBERTO BOHRER DE ANDRADE FIGUEIRA**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 29.356.866-3, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 245.148.706-25, conforme regular chamamento público nº 007/2022, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, e no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, na Lei Federal nº 14.434/2022, nas Emendas Constitucionais nº 124 e 127, ambas de 2022, nas Portarias GM/MS nº 1.135/2023 e nº 8.565/2025, têm justo e acordado o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 013/2022**, consoante despacho autorizativo do Senhor Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência, em 03/11/2025, à fl. 2418 do SMS-PRO-2024/01866, devidamente publicado no D.O. Rio nº 159, de 04/11/2025, pág. 36, o qual também será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I – Formalizar o aporte de terceiro ao **7º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 013/2022**, em razão da obrigatoriedade do pagamento da **assistência financeira complementar da União Federal** destinada ao cumprimento do novo piso salarial da categoria profissional de Enfermagem, conforme previsto na Lei Federal nº 14.434/2022, nas Emendas Constitucionais nº 124 e 127, de 2022, na Portaria GM/MS nº 8.565 de 28 de outubro de 2025, no julgamento da ADI 7222 pelo Supremo Tribunal Federal e na “Cartilha do Piso da Enfermagem” divulgada pelo Ministério da Saúde;

II – Incluir o **Cronograma de Desembolso Financeiro, Anexo VII, no valor de R\$ 51.094,92 (cinquenta e um mil, noventa e quatro reais e noventa e dois centavos)**, no período de janeiro a junho de 2026, e, conseqüentemente, formalizar a atualização do valor global do **Termo de Colaboração nº 013/2022**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do presente TERMO ADITIVO é de **R\$ 51.094,92 (cinquenta e um mil, noventa e quatro reais e noventa e dois centavos)**, conforme destacado na rubrica “complemento da União para o vencimento básico” do Cronograma de Desembolso do ANEXO VII, que é parte integrante e indissociável do presente TERMO ADITIVO. Deste modo, **o valor global do Termo de Colaboração nº 013/2022**, que era de **R\$ 175.822.588,77 (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos)**, passa a ser de **R\$ 175.873.683,69 (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos)**, de acordo com o quadro abaixo:

Parcela 33 Janeiro 2026	Parcela 34 Fevereiro 2026	Parcela 35 Março 2026	Parcela 36 Abril 2026	Parcela 37 Maio 2026	Parcela 38 Junho 2026
R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82

Parágrafo primeiro – As parcelas 33 a 38 representam os valores de complemento ao piso do período de janeiro a junho de 2026;

Parágrafo segundo – O valor do presente TERMO ADITIVO considerou o valor integral repassado pela União Federal para o mês de janeiro 2026, conforme Portaria GM/MS nº

8.565 de 28 de outubro de 2025, e projetou para os meses de fevereiro a junho de 2026.

Parágrafo terceiro – Os repasses da assistência financeira complementar custeada pela União Federal, para fins de atingimento do piso salarial nacional previsto no art. 15-A da Lei nº 7.498/1986, serão efetuados à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, mensalmente, nos estritos limites dos valores transferidos pelo ente federal ao Município do Rio de Janeiro para custeio desta despesa.

Parágrafo quarto – O Município do Rio de Janeiro não é de nenhuma forma responsável pelo custeio desta despesa, limitando-se a realizar seu repasse e a informar à União Federal eventual necessidade de sua complementação.

Parágrafo quinto – Qualquer alteração do enquadramento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é de sua inteira responsabilidade, devendo isto ser informado ao Município do Rio de Janeiro, sob as penas da lei.

Parágrafo sexto – O cumprimento de todas as disposições legais e o adimplemento de todos os encargos legais incidentes sobre esta verba são de inteira responsabilidade da parceira.

Parágrafo sétimo – Eventuais diferenças de valores repassados a maior ou a menor, considerando-se a dinâmica de aumento e diminuição de colaboradores no dia a dia da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, serão objeto de ajustes tanto para repasse complementar quanto para devolução de saldo, caso haja.

Parágrafo oitavo – O repasse complementar a que alude o parágrafo anterior dependerá do correspondente repasse da União.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS AO REPASSE DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO FEDERAL AOS ENTES FEDERADOS

O julgamento da ADI 7222 pelo Supremo Tribunal Federal define que “a implementação da diferença resultante do piso salarial nacional deve se dar em toda a extensão coberta pelos recursos provenientes da assistência financeira da União”. Portanto, todo o procedimento de repasse dos valores complementares pelo Contratante à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL está vinculado e deve observar o trâmite de repasse da assistência financeira da União Federal a esta municipalidade, vinculado ao cronograma mensal previsto no art. 1120-D, da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, em especial:

I – Até o dia 1º do mês de competência, a respectiva ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve enviar a Contratante os dados atualizados e confirmados dos profissionais da categoria de Enfermagem, conforme estabelecido da referida Portaria: Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, contratados e vinculados a este Termo de Colaboração, no que couber;

II – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, como empregadora direta dos profissionais que receberão a assistência financeira em referência, é responsável pela fidedignidade das informações alimentadas na planilha enviada ao MUNICÍPIO, citada no inciso I desta cláusula.

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O repasse dos valores referentes à assistência financeira complementar da União Federal ao Município do Rio de Janeiro, destinada ao cumprimento do novo piso salarial da categoria profissional de Enfermagem, deve ser realizado pela Contratante à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no prazo de 30 (trinta) dias após o Fundo Nacional de Saúde efetuar o crédito nas contas bancárias do Fundo de Saúde do Município.

Parágrafo único – O repasse dos valores referentes à assistência financeira complementar da União Federal prescinde à deliberação das Comissões Gestoras e/ou de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AO PISO PELA CONTRATADA

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá realizar a transferência dos valores relativos à assistência financeira complementar ao piso a cada um de seus empregados observando os nomes e valores estabelecidos pelo Ministério da Saúde em planilha divulgada através do InvestSUS.

Parágrafo Único – Fica obrigada a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a calcular os encargos legais e abater seu montante do valor discriminado para cada empregado, fazendo o repasse pelo valor líquido e recolhendo os encargos incidentes devidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá prestar contas da aplicação integral dos recursos recebidos da Contratante em planilha específica, contendo o demonstrativo dos

valores destinados aos profissionais nominalmente descritos.

Parágrafo Primeiro – Os arquivos e documentação comprobatória correspondentes deverão ser apresentados juntamente com a prestação de contas em nicho específico do OSInfo, na forma a ser regulamentada pela SMS/RJ.

Parágrafo Segundo – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os documentos comprobatórios da realização do pagamento da complementação aos profissionais beneficiados, conforme previsto no § 1º, do art. 1120-F, da Portaria GM/SM nº 1.135, de 16 de agosto de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO E DO EMPENHO DAS DESPESAS

As despesas correspondentes ao presente TERMO ADITIVO correrão por conta da Fonte nº 1605184, Natureza de Despesa nº 335085, do orçamento de 2026.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente TERMO ADITIVO terá início em 01 de janeiro de 2026 e se encerrará em 30 de junho de 2026.

CLÁUSULA NONA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes deste **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 013/2022**, que não colidirem com o disposto no presente TERMO ADITIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O Município providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ADITIVO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias contados de sua assinatura, e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, na forma do art. 1º da Resolução TCMRIO nº 113, de 06/11/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO ADITIVO em 02 (duas) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2025.

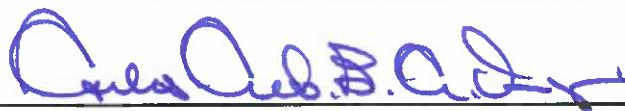
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



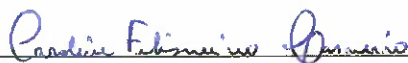
DANIEL RICARDO SORANZ PINTO
Secretário Municipal de Saúde

Substituto Eventual do Secretário
Municipal de Saúde
Matr.: 111200.000.0
Rodrigo de Sousa Prado

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO DE GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO – IGEDES**



CARLOS ALBERTO BOHRER DE ANDRADE FIGUEIRA
Diretor-Presidente



TESTEMUNHA

(Cargo, matrícula e lotação)

CAPOLINE PELLUMINO CARNEIRO

Assistente I

Matrícula 60/333.827-4

Alexandre Souza
Coordenador Administrativo
Matr.: 000823

TESTEMUNHA

(Cargo, matrícula e lotação)

ANEXO VII

CENTRO CARIOCA DE ESPECIALIDADES - CCE

Cronograma de Assistência Financeira Complementar da União

jan./26	fev./26	mar./26	abr./26	mai./26	jun./26
Parcela 33	Parcela 34	Parcela 35	Parcela 36	Parcela 37	Parcela 38
R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82	R\$ 8.515,82



Objeto: Suspensão consensual temporária e excepcional da vigência do Contrato nº 58/2024, relativo a prestação de serviços de melhorias estruturais nas unidades UPA JOÃO XXIII, UPA PACIÊNCIA e UPA SEPETIBA, contando a partir de 01/12/2025, por 121 corridos, com retomada em 01/04/2026, ficando prorrogado o prazo de vigência por mais 121 dias.

Prazo: 01/12/2025 a 01/04/2026

Valor total: S/N

Fundamento: Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 58/2024.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Processo instrutivo nº: SMS-PRO-2024/80357

2º Termo Aditivo nº: 218/25 ao Termo de Colaboração nº 218/24

Assinatura: 27/11/2025

Convenientes: PCRJ/SMS e a Organização da Sociedade Civil - VIVA RIO.

Objeto: I - Formalizar o aporte de terceiro ao 2º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 218/2024, em razão da obrigatoriedade do pagamento da assistência financeira complementar da União Federal destinada ao cumprimento do novo Piso Salarial da categoria profissional de Enfermagem no âmbito do CER Andaraí;

II - Incluir o Anexo do Cronograma de Assistência Financeira Complementar da União, no valor de R\$ 2.154.549,15 (dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quinze centavos) no período de janeiro a dezembro de 2026.

Prazo: 01/01/2026 à 11/12/2026

Valor: R\$ 2.154.549,15

Programa de Trabalho: 1803.18025.10.302.0331.2776 e 1803.18025.10.302.0306.2009

Natureza de Despesa: 3.3.50.85

Fundamento: Lei Federal nº 14.434, de 2022, nas Emendas Constitucionais nº 124 e 127, de 2022, na Portaria GM/MS nº 6.565, de 28 de janeiro de 2025, no julgamento da ADI 7222 pelo Supremo Tribunal Federal e na "Cartilha do Piso da Enfermagem" divulga pelo Ministério da Saúde.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Processo instrutivo nº: SMS-PRO-2024/01866

7º Termo Aditivo nº: 215/25 ao Termo de Colaboração nº 013/22

Assinatura: 25/11/2025

Convenientes: PCRJ/SMS e a Organização da Sociedade Civil Instituto de Gestão e Desenvolvimento - IGEDES.

Objeto: I - Formalizar o aporte de terceiro ao 7º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 013/2022, em razão da obrigatoriedade do pagamento da assistência financeira complementar da União Federal destinada ao cumprimento do novo Piso Salarial da categoria profissional de Enfermagem no âmbito do CENTRO CARIOCA

DE ESPECIALIDADES - CCE;

II - Incluir o Cronograma de Desembolso Financeiro, Anexo VII, no valor de R\$ 51.094,92 (cinquenta e um mil e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos) no período de janeiro a junho de 2026, e, conseqüentemente, formalizar a atualização do valor global do Termo de Colaboração nº 013/2022.

Prazo: 01/01/2026 à 30/06/2026

Valor: R\$ 51.094,92

Programa de Trabalho: 1803.18005.10.302.0600.2847

Natureza da Despesa: 3.3.50.85

Fundamento: Lei Federal nº 14.434, de 2022, nas Emendas Constitucionais nº 124 e 127, de 2022, na Portaria GM/MS nº 6.565, de 28 de janeiro de 2025, no julgamento da ADI 7222 pelo Supremo Tribunal Federal e na "Cartilha do Piso da Enfermagem" divulga pelo Ministério da Saúde.

**DISTRIBUIDORA DE FILMES S.A - RIOFILME
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Processo Instrutivo: FIL-PRO-2025/00730.

Instrumento: Termo de Permissão de Uso Nº 05/2025.

Data de Assinatura: 30/12/2025.

Partes: RIOFILME e INOVA FILMES LTDA.

Objeto: Constitui objeto da presente permissão de uso de parte do imóvel localizado na Rua das Laranjeiras nº 307, Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.240-004, sede da RIOFILME, Casas Casadas, com um total aproximado de 200 m².

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Remuneração: R\$ 9.830,00 (nove mil, oitocentos e trinta reais) mensais, além de ofertas de bolsas de estudo e das contrapartidas sociais, previstas no projeto básico aprovado.

Fundamentação: Lei Federal nº 13.303/16, Decreto Municipal nº 44.698/18, CAF, LOMRJ, RILC da RIOFILME e demais legislações aplicáveis.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO APOSTILAMENTO**

Processo Instrutivo nº: SMC-PRO-2024/02820

Apostilamento nº: 01/2025 ao Termo de Execução nº 1284/2024

Data do Apostilamento: 23 de Dezembro de 2025

Partes: Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Cultura, e Francisco Ciro Fernandes

Objeto: prorrogação do Termo de Execução Cultural nº 1284 por mais 02 (dois) meses, de 26/12/2025 a 25/02/2026, com fundamento no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta do Termo de Execução Cultural nº 1284/2024

Fundamento Legal: Artigo 136, Caput, da Lei Federal 14.133/2021.

1746

CENTRAL DE ATENDIMENTO

**O CANAL EXCLUSIVO PARA
VOCÊ SOLICITAR SERVIÇOS
DA PREFEITURA DO RIO**